

# Deputados disputam 'paternidade' da desapropriação de terra com maconha

Da Sucursal de Brasília

Na quinta-feira passada, quando terminou a votação em primeiro turno da nova Constituição, o plenário assistiu uma cena inédita: os deputados Valmir Campelo



(PFL-DF) e José Elias Murad (PTB-MG) iniciaram uma disputa patética pela "paternidade" de uma emenda. Agora, ambos reúnem documentos para provar o que dizem e trocam uma série de acusações que, se não resolverem a questão, servirão pelo menos para enriquecer o folclore do Congresso constituinte.

A emenda da discórdia, que se tornou o artigo 61 das Disposições Transitórias, determina que as terras onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão destinadas à reforma agrária, sem qualquer indenização para o proprietário. Diz também que os bens adquiridos com rendimentos provenientes do tráfico de drogas serão revertidos para instituições

especializadas na recuperação de viciados.

"Estou abismado com a vaidade pessoal desse rapaz. Ele só quer notoriedade. Eu quero fazer uma Constituição séria", afirmou ontem Valmir Campelo, 43, ex-servidor público, referindo-se a Murad. "Eu não preciso mais de notoriedade nesta área, tenho um passado de lutas contra as drogas de 30 anos", rebateu Murad, 47, que é médico, químico e farmacêutico e presidiu a Subcomissão de Saúde na primeira fase de elaboração da nova Constituição.

Tudo começou quando Murad foi ao microfone do plenário para dizer que a emenda aprovada na véspera tinha que ser creditada a ele, pelo menos em parte. Ele a considera sua "maior vitória em 30 anos de lutas" (passado que ele invoca com bastante frequência) e não achava justo que Valmir Campelo, que sequer conhecia, "se aproveitasse" da emenda e fosse citado como o autor da idéia no noticiário dos jornais. "Ele repetiu até as vírgulas da minha emenda e acrescentou uma frase no fim. Em vez de dizer: 'acrescente-se ao artigo tal o seguinte', ele copiou minha parte e apresentou como se fosse tudo dele",

## Cabral leva texto ao Prodasen hoje

Da Sucursal de Brasília

O relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), deve entregar hoje à noite ao Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) o texto oficial da nova Constituição, que ainda será submetido a emendas supressivas e de redação no segundo turno de votação. Se o texto for efetivamente entregue hoje, na terça-feira começará a ser distribuído aos deputados e senadores.

Cabral deveria chegar a Brasília ontem à noite, depois de ter viajado, na última sexta-feira, para Fortaleza (CE) e Teresina (PI), onde fez

palestras sobre a nova Constituição. Hoje, Cabral deverá passar o dia reunido com o senador José Fogaça (PMDB-RS), seu relator-adjunto, para uma última revisão no texto.

Segundo Fogaça, o texto de Cabral deverá ser praticamente idêntico ao publicado pela Folha com exclusividade na última sexta. "O que falta fazer é acertar a redação das Disposições Transitórias", disse Fogaça. No texto publicado em caderno especial pela Folha, os 235 artigos referentes às disposições permanentes da nova Carta já estão com redação do próprio Cabral; os artigos das Disposições Transitórias ainda eram os coligidos pela Mesa da Constituinte.

afirmou Murad, alegando ainda que Campelo utilizou terminologia errada ao falar em "viciado".

Campelo não aceita este argumento. Para ele, se o texto de uma emenda foi alterado, o direito à autoria passa a ser de quem fez a alteração. "Ele me pediu e eu cedi graciosamente, por cortesia, a co-autoria da minha emenda. Mas

quando ele veio me acusar, eu mandei um ofício à Mesa cassando a co-autoria. E, já pedi a ata da sessão para provar que a emenda foi anunciada como sendo minha. É uma emenda individual, não é uma fusão", disse Campelo. Para ele, o "tchan" da emenda é justamente a parte que acrescentou, referente aos bens adquiridos com o tráfico.